



ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

ARAÚJO, DANIELLE

Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Foz de Iguaçu, Brasil
Contato: danielle.araujo@unila.edu.br



Data de envio: 14-10-2025 / Data de aceitação: 13-12-2025.

Resumo

O artigo analisa o papel da antropologia no projeto de integração latino-americana, destacando a articulação entre antropologia, universidade e integração como eixo central de reflexão. A partir da experiência docente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), o texto propõe uma leitura crítica sobre como a antropologia, comprometida com a compreensão da diversidade sociocultural, pode contribuir para repensar a universidade e fortalecer projetos políticos e acadêmicos voltados à integração regional. Embora situada nesse contexto institucional, a análise

não se dedica a uma discussão específica sobre a UNILA, tomando essa experiência como ponto de partida empírico e reflexivo para um debate mais amplo. Ao explorar tensões, articulações e limites desses projetos, o estudo busca evidenciar a necessidade de uma academia latino-americana capaz de ultrapassar fronteiras disciplinares e nacionais, reafirmando seu compromisso com a construção de um pensamento crítico e emancipador para o continente.

PALAVRAS-CHAVE: ensino superior, integração latino-americana, educação

ANTROPOLOGÍA, UNIVERSIDAD E INTEGRACION LATINOAMERICANA

Resumen

El artículo analiza el papel de la antropología en el proyecto de integración latinoamericana, destacando la articulación entre antropología, universidad e integración como eje central de reflexión. A partir de la experiencia docente en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), el texto propone una lectura crítica sobre cómo la antropología, comprometida con la comprensión de la diversidad sociocultural, puede contribuir a repensar la universidad y a fortalecer proyectos políticos y académicos orientados a la integración regional. Aunque situada en este contexto institucional, el análisis no se dedica a una discusión específica sobre la UNILA, tomando dicha experiencia como punto de partida empírico y reflexivo para un debate más amplio. Al explorar tensiones, articulaciones y límites de estos proyectos, el estudio busca poner de relieve la necesidad de una academia latinoamericana capaz de trascender las fronteras disciplinares y nacionales, reafirmando su compromiso con la construcción de un pensamiento crítico y emancipador para el continente.

PALABRAS CLAVE: enseñanza superior, integración latinoamericana, educación



ANTHROPOLOGIE, UNIVERSITÉ ET INTÉGRATION LATINO-AMÉRICAIN

Résumé

Cet article analyse le rôle de l'anthropologie dans le projet d'intégration latino-américaine, en soulignant l'articulation entre anthropologie, université et intégration comme axe central de réflexion. S'appuyant sur une expérience d'enseignement à l'Université fédérale pour l'intégration latino-américaine (UNILA), le texte propose une lecture critique de la manière dont l'anthropologie, attachée à la compréhension de la diversité socioculturelle, peut contribuer à repenser l'université et à renforcer les projets politiques et académiques orientés vers l'intégration régionale. Bien que située dans ce contexte institutionnel, l'analyse ne se concentre pas spécifiquement sur l'UNILA, prenant cette expérience comme point de départ empirique et réflexif pour un débat plus large. En explorant les tensions, les articulations et les limites de ces projets, l'étude vise à souligner la nécessité d'une université latino-américaine capable de transcender les frontières disciplinaires et nationales, réaffirmant son engagement à construire une pensée critique et émancipatrice pour le continent.

MOTS-CLÉS : enseignement supérieur, intégration latino-américaine, éducation

ANTHROPOLOGY, UNIVERSITY AND LATIN AMERICAN INTEGRATION

Abstract

The article analyzes the role of anthropology in the project of Latin American integration, highlighting the articulation between anthropology, the university, and integration as a central axis of reflection. Drawing on teaching experience at the Federal University for Latin American Integration (UNILA), the text proposes a critical rea-



ding of how anthropology, committed to understanding sociocultural diversity, can contribute to rethinking the university and strengthening political and academic projects oriented toward regional integration. Although situated within this institutional context, the analysis does not focus on a specific discussion of UNILA, taking this experience as an empirical and reflective starting point for a broader debate. By exploring the tensions, articulations, and limits of these projects, the study seeks to highlight the need for a Latin American academy capable of transcending disciplinary and national boundaries, reaffirming its commitment to the construction of critical and emancipatory thought for the continent.

KEYWORDS: higher education, Latin American integration, education



INTRODUÇÃO

A princípio, é necessário apresentar alguns questionamentos centrais: de que maneira a disciplina antropológica pode contribuir para a integração latino-americana? Qual é o papel das universidades na consolidação de um projeto de integração regional? E qual contribuição a própria integração latino-americana pode oferecer à antropologia, em termos teóricos, metodológicos e políticos? A essas perguntas se soma uma indagação ainda mais complexa e imediata: afinal, o que entendemos por integração latino-americana?

O conjunto dessas questões é particularmente relevante para estudantes de antropologia –e de outras áreas do pensamento social– que atuam em instituições cujo propósito central é justamente pensar e construir ações concretas voltadas à integração regional, como é o caso da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana (UNILA).

Ao tentar esboçar algumas respostas, reconheço o risco de incorrer em uma análise excessivamente funcionalista; por isso, faz-se imprescindível o uso atento de uma abordagem crítica e interdisciplinar. As respostas, aqui, não pretendem esgotar a potência das perguntas – antes, situam-se no terreno movediço da reflexão, onde o pensamento é constantemente desafiado a se reconfigurar.

Nesse contexto, tais questionamentos não apenas orientam o debate acadêmico, mas também interpelam as práticas cotidianas de ensino, pesquisa e extensão, situando a formação universitária diante dos desafios históricos e políticos da região. Além disso, podem servir de orientação para gestores institucionais que desempenham papel decisivo nesse processo, uma vez que são atores centrais na implementação das propostas acadêmicas e políticas das universidades, responsáveis, em grande medida, tanto pelos seus êxitos quanto por suas limitações.

ANTROPOLOGIA E INTEGRAÇÃO

Para os antropólogos, independentemente de sua área de atuação, a palavra integração costuma suscitar suspeitas – e não sem razão. O processo colonizador na América Latina historicamente colocou os povos originários “entre a cruz e a espada”, transformando a integração em uma experiência forçada, coercitiva e, quase sempre, assimétrica. Nesse contexto, integrar significava, em larga medida, assimilar e negar a alteridade.

As antropologias latino-americanas –sobretudo a brasileira– compreenderam cedo que o “Outro” não estava além-mar, mas se fazia presente no próprio território. Esse deslocamento epistemológico permitiu conceber o ou-



tro não como exterioridade radical, mas como desdobramento de si mesmo, o que implicou a necessidade de superar modelos hegemônicos de produção do conhecimento antropológico importados dos países centrais. Como observou Roberto Cardoso de Oliveira (1988), a experiência latino-americana obrigou a disciplina a “pensar a si mesma na medida em que pensava o outro”, deslocando o foco de uma antropologia sobre para uma antropologia com.

De acordo com a antropóloga colombiana Myriam Jimeno (2004), a construção do conhecimento antropológico na América Latina ocorre em condições nas quais o “Outro” é parte constitutiva e problemática de si mesmo, o que exige um esforço particular de conceituação e, ao mesmo tempo, de autorreflexividade. No Brasil, os estudos de etnologia indígena constituíram o núcleo inicial da disciplina, seguidos por abordagens culturalistas voltadas à formação do Estado-nação. O interesse pelas comunidades indígenas foi atravessado pela busca de um “exotismo interno” que, embora tenha reforçado certos estereótipos, contribuiu para iluminar o lugar epistêmico do “outro de mim mesmo”. Nesse sentido, autores como Roberto Cardoso de Oliveira (1976) e Alcida Ramos (1998a, 1998b) chamaram a atenção para a responsabilidade social da antropologia, que não pode se furtar a reconhecer o impacto político de suas interpretações sobre a vida dos povos estudados.

É nesse horizonte que se situam categorias analíticas fundamentais elaboradas no Brasil e projetadas para o debate latino-americano, como “situação colonial”, “relações interétnicas”, “fricção interétnica”, “identidade”, “etnicidade” e “etnocídio”. Todas essas categorias abordam o problema histórico e persistente do encontro entre povos indígenas e o Estado, buscando compreender, de um lado, o genocídio e a violência estrutural que marcaram tais relações e, de outro, as formas de resistência e reinvenção dos povos originários diante



das tentativas de extinção e assimilação. Nesse contexto, a noção de fricção interétnica, formulada por Roberto Cardoso de Oliveira (1964), permanece central para entender que a chamada “integração” é menos um processo linear de absorção e mais um campo de tensões, negociações e disputas, no qual os povos indígenas preservam margens de agência e reconstroem continuamente suas existências coletivas.

O historiador Caio Prado Júnior (1942), em *Formação do Brasil Contemporâneo*, argumenta que a colonização portuguesa no Brasil não visava à constituição de uma base econômica sólida e autônoma, mas à exploração dos recursos naturais para atender aos interesses do comércio europeu. O autor demonstra que o país foi estruturado para fornecer produtos como açúcar, tabaco, ouro e café, de acordo com as demandas externas. A colonização, segundo ele, assumiu rumos diversos conforme a região e o tipo de recurso explorado – da mineração à produção agrícola –, evidenciando a diversidade de processos locais, mas sempre orientada pela lógica da dependência e da exportação.

Apesar das particularidades regionais, os processos coloniais latino-americanos partilharam uma lógica comum: a exploração sistemática do território e de seus povos, cujas consequências perduram até hoje. Essa continuidade histórica se manifesta nas desigualdades sociais e econômicas das nações e de suas grandes cidades, revelando a permanência de um modelo colonial que se reconfigura, mas não se dissolve.

O conhecimento das realidades sociais é condição central para qualquer projeto de integração. Não é possível aspirar à integração com aquilo que se desconhece – ou, pior, com realidades vistas por lentes distorcidas e preconceituosas. O reconhecimento de trajetórias históricas comuns pode gerar processos de identificação capazes de fomentar compromissos políticos, econômicos,



sociais e culturais. Compartilhamos, enquanto povos latino-americanos, não apenas as cicatrizes da invasão e da colonização, mas também as lutas pela independência, as regressões autoritárias das ditaduras, o precário processo de industrialização e a atual dependência tecnológica.

Compreender a formação das nações implica também reconhecer suas memórias e silêncios. O sociólogo Jessé Souza (2009), em *A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive*, argumenta que a desigualdade no Brasil não é apenas econômica, mas também simbólica e cultural. As classes subalternas são historicamente desvalorizadas e estigmatizadas, mantidas à margem não apenas pela restrição de acesso a bens materiais, mas também por uma narrativa social que reforça hierarquias implícitas e culpabiliza os pobres. Segundo Souza, o conceito de subcidadania descreve a condição de exclusão social e política de grande parte da população, herança de um processo histórico que remonta à colonização e à escravidão. Essa perspectiva é essencial para compreender as dinâmicas de poder e resistência na América Latina, onde as lutas por direitos e reconhecimento são centrais na construção das identidades nacionais.

Na contemporaneidade, a dependência tecnológica expressa de forma evidente as desigualdades estruturais herdadas do período colonial. Essa dependência não se limita ao setor produtivo, estendendo-se à inovação, à pesquisa científica e à infraestrutura. Historicamente, as economias latino-americanas foram orientadas à exportação de matérias-primas, enquanto o desenvolvimento tecnológico permaneceu concentrado nos países centrais do capitalismo global. A pandemia de 2019 tornou essas assimetrias ainda mais visíveis: enquanto se enfatizava a importância da higiene e do isolamento, milhões de pessoas careciam de saneamento básico, moradia digna e acesso à internet, impossibilitadas de seguir as orientações de prevenção.



Celso Furtado (1966) já havia advertido que o modelo econômico latinoamericano privilegia os setores primários exportadores em detrimento de uma industrialização autônoma, criando um ciclo de dependência tecnológica e financeira que bloqueia o desenvolvimento sustentável e a soberania econômica. Essa limitação estrutural se traduz na dificuldade de consolidar setores de alta tecnologia e inovação, deixando muitos países vulneráveis às imposições externas.

Assim, a dependência tecnológica constitui, ao mesmo tempo, um efeito da história colonial, uma consequência da configuração econômica desigual e um desafio social e cultural contemporâneo. Superá-la exige a articulação entre políticas de desenvolvimento industrial, investimento em educação e fortalecimento da pesquisa científica onde as universidades são atores centrais.

UNIVERSIDADE PARA INTEGRAÇÃO

As universidades convencionais desempenham um papel importante na formação das elites intelectuais e políticas da América Latina, configurando-se, desde sua fundação, como espaços de produção e difusão de saberes. Herdando o modelo europeu, sobretudo o ibérico, essas instituições foram transplantadas para o continente como parte do projeto colonial, cuja lógica era garantir a formação de quadros para a administração e manutenção da ordem estabelecida. Nesse sentido, a universidade se constituiu como um espaço de poder, reservado historicamente às elites, servindo como instrumento de reprodução das hierarquias sociais e da concentração de capitais – sejam eles econômicos, culturais ou simbólicos.

A teoria da reprodução cultural, formulada por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron em *La reproduction* (1970), oferece uma interpretação



poderosa desse fenômeno: os autores afirmam que o sistema educacional legítima e perpetua a cultura das classes dominantes, sendo um mecanismo simbólico de violência cultural que favorece os já privilegiados. Isso ocorre porque o sistema escolar valoriza especialmente o capital cultural –como conhecimento, linguagem e certificações– já presente em contextos socialmente favorecidos, criando barreiras simbólicas e estruturais ao acesso pleno por parte das classes populares.

No entanto, mesmo dentro dessa lógica excludente, as universidades também foram espaços de resistência intelectual e inovação crítica. Durante regimes autoritários –como nas ditaduras militares do Cone Sul– várias instituições acadêmicas foram cooptadas ou controladas, mas nelas também surgiram correntes que denunciavam a opressão e buscavam repensar as orientações do desenvolvimento e da identidade nacional.

Portanto, a universidade convencional na América Latina teve uma função dupla: de um lado, funcionou como reflexo das hierarquias sociais, assegurando privilégios a determinados grupos e limitando a democratização do saber; por outro, consolidou-se como espaço de produção de conhecimento essencial para a compreensão das realidades locais e para a construção de alternativas ao pensamento dominante.

Em sua trajetória como educador e idealizador da Universidade de Brasília (UnB), Darcy Ribeiro articulou um projeto de universidade revolucionária para a América Latina, concebida como “necessária” para o desenvolvimento autônomo do continente – ainda que sua concretização tenha enfrentado limitações institucionais e sociais. Em *A Universidade Necessária*, Darcy (1969) formula uma das mais radicais e consistentes críticas à função histórica das universidades latino-americanas. Para o autor, essas instituições nasceram como



apêndices coloniais, transplantadas da Europa ibérica, destinadas a reproduzir padrões culturais e epistemológicos externos. Dessa forma, sua missão inicial foi legitimar a ordem social excludente, formando quadros burocráticos e religiosos para sustentar as estruturas de dominação, em vez de promover a emancipação cultural ou científica das sociedades locais (Ribeiro 1969).

Essa crítica se articula com a noção de “erudição gratuita”, denunciada por Ribeiro como a cristalização de um saber desvinculado da realidade nacional. Trata-se de uma erudição “ornamental”, que se limita a repetir tradições acadêmicas europeias, mas que pouco ou nada contribui para resolver os problemas estruturais da América Latina. Segundo ele, a universidade latino-americana foi, por séculos, uma “fábrica de bacharéis” que consolidava a distância entre as elites ilustradas e a imensa massa da população marginalizada (Ribeiro 1969, 47).

Contudo, Darcy não se limita à crítica: ele projeta a ideia de uma universidade necessária – uma instituição que deve ser reinventada para responder aos desafios históricos do subdesenvolvimento e da dependência. Nesse horizonte, a universidade não pode se contentar em formar quadros burocráticos para manter a máquina estatal e empresarial, mas deve se orientar por uma função revolucionária e nacional, colocandose a serviço da transformação social. Ele afirma que a universidade necessária deve ser “ao mesmo tempo criadora de ciência própria, promotora de consciência crítica e formadora de agentes de mudança social” (Ribeiro 1969, 56).

A crítica de Darcy Ribeiro mantém sua atualidade, sobretudo diante das tensões contemporâneas que atravessam as universidades da região. Em linhas gerais podemos dizer que elas seguem pressionadas pela lógica do mercado, pela privatização e pela fragmentação neoliberal; de outro, permanecem como um dos poucos espaços institucionais com potencial para cultivar consciências



críticas e propor soluções emancipatórias. Para Ribeiro, a universidade não é um espaço neutro: ela é, historicamente, um campo de disputa – tanto pela manutenção da hierarquia social quanto pela possibilidade de transformação. As profundas divisões internas dificultam a concretização de ações e lutas coletivas efetivas. Essas divisões refletem, em grande parte, uma busca desesperada por microprotagonismo e ascensão a cargos e espaços de poder, o que favorece o surgimento de espaços recreativos estéreis de pensamento.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi criada em 2010 com a missão institucional de promover a integração latino-americana. Localizada na tríplice fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai, a universidade está inserida em uma região de grande diversidade cultural, marcada tanto pela presença histórica de povos originários quanto pelos processos de urbanização e migrações sucessivas que configuraram o território. Esta região é também um polo turístico de relevância regional e, atualmente, destaca-se como polo de formação superior, com universidades públicas e privadas, especialmente em Ciudad del Este, no Paraguai, o segundo maior polo de cursos de medicina privada do país.

A fronteira trinacional é historicamente habitada pelos povos guaranis, que continuam resistindo a cada novo ciclo de transformações – sejam elas colonização, urbanização ou sucessivas tentativas de apropriação de seus territórios. As missões jesuíticas, como São Miguel Arcanjo (no Brasil), San Ignacio Miní (na Argentina) e Trinidad & Jesús (no Paraguai), constituem expressões materiais das estratégias de dominação e evangelização. Mais recentemente, durante os períodos das ditaduras militares no Brasil e no Paraguai, a construção da hidrelétrica de Itaipu resultou na ocupação definitiva de terras guaranis pelas águas da barragem, sob o discurso do desenvolvimento e do pro-



gresso. Paralelamente, os territórios de terra firme permanecem em constante tensão, tanto com imigrantes quanto com as áreas destinadas ao agronegócio.

O crescimento urbano também se reflete na história das cidades fronteiriças: Ciudad del Este, maior zona de livre comércio do Paraguai; Foz do Iguaçu, importante centro turístico brasileiro; e Puerto Iguazú, cidade argentina marcada pelo turismo internacional e pela proximidade com as Cataratas do Iguaçu. O desenvolvimento dessas cidades esteve diretamente associado à construção de Itaipu e da Ponte da Amizade. Nos anos 1970, essas obras provocaram uma explosão demográfica que alterou significativamente o perfil urbano e social da região. A localização estratégica e os incentivos fiscais atraíram comunidades diversas, destacando-se a presença da comunidade árabe, especialmente de origem libanesa, que desempenhou papel relevante na consolidação de Ciudad del Este como polo comercial de referência regional. Ao mesmo tempo, diferentes estudos assinalam que a cidade, situada na Tríplice Fronteira, tornou-se também um dos epicentros latino-americanos do comércio ilícito, em virtude da fragilidade no controle de fronteiras e da intensa circulação de mercadorias lícitas e ilícitas.



A INTEGRAÇÃO PARA A ANTROPOLOGIA

A integração latino-americana, quando pensada a partir de seus múltiplos povos e nações, não se restringe ao plano econômico ou político. Trata-se, também, de um movimento epistemológico que coloca em diálogo as diferentes matrizes culturais, linguísticas e cosmológicas do continente. Para a antropologia, essa integração não significa apenas ampliar objetos de pesquisa, mas, sobretudo, reconfigurar seu horizonte teórico, pois exige o reconhecimento de

que os povos latino-americanos são produtores legítimos de pensamento e de concepções sobre a vida, a sociedade e o cosmos.

Ao longo da história, a antropologia na região esteve tensionada entre dois polos: de um lado, a reprodução de paradigmas importados de países europeus e do Norte global; de outro, a emergência de linhas críticas e insurgentes, que reivindicam a elaboração de conceitos a partir das próprias experiências históricas e culturais do continente. Essa segunda vertente demonstra que a antropologia latino-americana, ao se integrar internamente e reconhecer a pluralidade de seus povos, pode oferecer ao mundo um acervo teórico original, enraizado nas urgências locais, mas com alcance universal.

Nesse sentido, autores como Davi Kopenawa revelam a potência transformadora desse movimento. Em *A Queda do Céu* (2015), escrito em parceria com Bruce Albert, Kopenawa propõe uma cosmopolítica que ultrapassa os limites do pensamento ocidental moderno. Ao narrar a visão Yanomami sobre o colapso do céu e a destruição do mundo pelo avanço predatório da sociedade industrial, o autor afirma: “a terra não tem fim, mas os brancos pensam que podem acabar com ela” (Kopenawa y Albert 2015, 81). Essa formulação não é apenas o testemunho de uma experiência indígena, mas uma crítica filosófica e ecológica que redefine o debate global sobre sustentabilidade e futuro comum.

O exemplo evidencia como a integração latino-americana, ao valorizar e conectar saberes subalternizados –indígenas, afrodescendentes, camponeses, periféricos–, possibilita a constituição de uma antropologia situada e insurgente, que não apenas interpreta a realidade, mas a transforma. A disciplina, assim, deixa de ser um espaço de coleta e interpretação de “outros saberes” e passa a constituir-se como um espaço de tradução intercultural e de elaboração conceitual coletiva, em diálogo com diferentes cosmologias.



Portanto, o efeito da integração do continente sobre a antropologia é duplo: por um lado, fortalece a crítica à colonialidade do saber, ao evidenciar como o conhecimento acadêmico esteve historicamente vinculado a estruturas de poder e exclusão; por outro, abre caminho para que a antropologia latino-americana se posicione no centro do debate, não como periferia epistemológica, mas como produtora de conceitos que respondem às necessidades de um mundo em crise. Ao integrar povos, línguas e cosmologias, a América Latina não oferece apenas diversidade empírica, mas a possibilidade de novas concepções universais – como já antecipou Kopenawa, ao lembrar que “se os xapiri morrerem, o céu cairá” (Kopenawa y Albert 2015, 385).

Nesse sentido, a antropologia latino-americana deixa de ser apenas uma disciplina acadêmica e se torna um território que apresenta práticas e saberes capazes de apontar sentidos outros – outros mundos possíveis.



COMENTÁRIO FINAL

A integração latino-americana, longe de ser um processo meramente político ou econômico, constitui um projeto que convoca universidades, pesquisadores e saberes locais a desempenharem um papel ativo na superação das desigualdades históricas e epistemológicas do continente. A análise da universidade tradicional e das propostas de transformação – como as defendidas por Darcy Ribeiro – revela a urgência de instituições comprometidas com a realidade regional, capazes de romper com a lógica colonial que historicamente orientou o ensino superior na região. Por outro lado, não pode estar rendidas pela lógica elitistas de conquistas de poder para a manutenção de status sociais reprodutores de desigualdades.

A antropologia desempenha um papel estratégico, especialmente quando se articula com saberes insurgentes e cosmologias subalternizadas. Ao reconhecer os povos indígenas, afrodescendentes, camponeses e periféricos como produtores legítimos de conhecimento, a disciplina se reposiciona no debate global, não apenas como ferramenta de interpretação da diferença, mas como campo de elaboração conceitual crítica e transformadora. Estes conhecimentos podem ser motores de integração e trocas interculturais ou invés de reproduzir segregações.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), situada na complexa e simbólica região da tríplice fronteira, deveria ser uma experiência concreta desse projeto integrador. Sua missão ultrapassa fronteiras nacionais e desafia a universidade a se reinventar como espaço de diálogo entre saberes diversos, contribuindo para a construção de alternativas epistemológicas e políticas à crise global contemporânea. A integração latino-americana, portanto, só será plena se for também epistemológica, cultural e social – e a universidade, enquanto espaço privilegiado de formação e reflexão, tem um papel decisivo nesse processo.



BIBLIOGRAFIA

- Bourdieu, Pierre, y Passeron, Jean-Claude. 1975. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. 1976. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Brasil: Livraria Pioneira.
- _____. 1964. *O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna*. São Paulo, Brasil: Pioneira.
- _____. 1988. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro/Brasília, Brasil: Tempo Brasileiro, CNPq.
- _____. 1998. *O trabalho do antropólogo*. Brasília/ São Paulo, Brasil: 2. Ed., Paralelo 15; Editora da UNESP.
- Furtado, Celso. 1966. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Jimeno, Myriam. 2004. *Crimen pasional: contribución a una antropología de las emociones*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas.
- Kopenawa, Davi, y Albert, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Prado Júnior, Caio. 1942. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo, Brasil: Livraria Martins.
- Ramos, Alcida Rita. 1998a. *Indigenismo: etnopolítica no Brasil*. São Paulo, Brasil: Editora da UNESP.
- _____. 1998b. O papel político da antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, no. 38: 5-22.



InSURGentes. Revista para las antropologías del sur
Mérida, Venezuela. Nº 9. Año 2025. ISSN: 2958-7808

Ribeiro, Darcy. 2009. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
Souza, Jessé. 2009. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Brasil:
Editora UFMG.

